



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. **Aquisição de 584 (quinhentas e oitenta e quatro) doses de vacina quadrivalente 2024 contra a gripe com gesto vacinal** em colaboradores da Justiça Eleitoral, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- 1.2. Das especificações do produto: A vacina a ser administrada deverá conter **cepas 2024 Gripe Influenza Quadrivalente GSK / ABBOTT / SANOFI** para:
  - a) um vírus do tipo A/Thailand/8/2022 (H3N2);
  - b) um vírus do tipo A/Victoria/4897/2022 (H1N1) pdm09;
  - c) um vírus do tipo B/Austria/1359417/2021 (linhagem B/Victoria);
  - d) um vírus do tipo B/Phuket/3073/2013 (linhagem B/Yamagata).
  - 1.2.1. Apresentação do Produto: Solução injetável.
  - 1.2.2. Embalagem: Seringa pronta com doses individuais, ou seja, monodose, preenchida com 1 (uma) dose da vacina para uso adulto com a agulha para aplicação.
- 1.3. **Código SIASG:** 486449.
- 1.4. A realização do serviço será nos dias 16 e 17/04/2024, na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba/PR, na Rua João Parolin nº 224, Prado Velho.

#### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

- 2.1. A vacinação contra a gripe é a principal estratégia para evitar a circulação do vírus e as complicações graves que podem surgir em decorrência da doença. O vírus da gripe tem a capacidade de sofrer mutações mais rapidamente, gerando variantes que não são reconhecidas pelo organismo, mesmo vacinado, de um ano para o outro, por exemplo. Por isso, novas vacinas são produzidas, para cobrir as mutações de cada ano.
- 2.2. A vacinação proporciona redução de custos diretos e indiretos em saúde, por conta da redução das taxas de infecção no grupo vacinado. Proporciona a melhoria da qualidade de vida, com a prevenção efetiva contra uma doença potencialmente grave, redução de riscos e complicações associadas, além da redução dos gastos com medicamentos.
- 2.3. O TRE/PR realiza campanhas de vacinação contra a gripe desde 2017 para os servidores e incentiva que os dependentes também sejam imunizados. Para isso, proporciona a vacinação nas dependências da sede em Curitiba, em parceria com clínicas de imunização, e faz reembolso de valores para os servidores lotados no interior do Estado.
- 2.4. Esta contratação se refere à vacinação para os colaboradores (servidores, requisitados,

terceirizados e estagiários) na capital, Curitiba.

- 2.5. Impactos ambientais:** A presente contratação não causará impactos significativos ambientais.

### **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO**

#### **3.1. Das obrigações da contratada:**

**3.1.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da entrega do objeto.

**3.1.2.** Efetuar a entrega/execução do objeto, conforme especificações, prazo e local constantes neste anexo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade.

**3.1.2.1.** A contratada deverá fornecer tanto **as doses de vacina quanto a respectiva aplicação.**

**3.1.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**3.1.4.** Respeitar as normas de segurança, controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRE-PR.

**3.1.5.** Os produtos deverão atender às condições deste Termo de Referência, aplicando-se ainda, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

**3.1.6.** Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.

**3.1.7.** A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços, ora contratados.

**3.1.8.** Observar as recomendações das autoridades em saúde pública (OMS, Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba) para garantir a proteção tanto dos servidores quanto dos profissionais que farão o gesto de vacinação.

**3.1.9.** Os profissionais da contratada deverão utilizar os equipamentos de proteção recomendados para a aplicação da vacinação e mais aqueles que forem necessários para evitar a transmissão do coronavírus.

**3.1.10.** A contratada será responsável por todo o material relacionado à vacinação e equipamentos de proteção individual de seus profissionais, tais como: algodão, luvas descartáveis, coletor de material perfuro-cortante, máscaras, uniforme, acondicionamento adequado das doses de vacina, descarte dos materiais contaminados, entre outros.

**3.1.11.** Prestar, quando solicitado, todos os esclarecimentos necessários à elucidação de dúvidas surgidas no decorrer da execução do objeto ou da aferição dos serviços prestados.

- 3.1.12.** Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de quaisquer espécies, incidentes sobre o objeto desta contratação, correrão por conta exclusiva da Contratada.
- 3.1.13.** Comunicar com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas quando da impossibilidade de realização dos serviços conforme cronograma.
- 3.1.14.** Disponibilizar profissionais em quantidade adequada para o período previsto para o gesto vacinal.
- 3.1.15.** Os profissionais que farão a aplicação da vacina deverão ter experiência e formação técnica adequada ao serviço a ser prestado.
- 3.1.16.** A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência e concordância do TRE.
- 3.1.17.** A contratada deverá disponibilizar doses extras suficientes para atender aos dependentes dos servidores que queiram se vacinar no mesmo dia e horário em que será realizada a vacinação dos servidores. A estimativa para as doses extras é de 10% (dez por cento) a mais do estabelecido no item 1.1.
- 3.1.18.** Essas doses extras serão custeadas, exclusivamente, pelos servidores mediante pagamento a ser efetivado diretamente à contratada por meio de cartão eletrônico, crédito ou débito, ou Pix **no mesmo valor ora contratado**.
- 3.1.19.** Responsabilizar-se pelo correto acondicionamento das vacinas, que acontecerá fora das dependências do TRE. O controle de temperatura das caixas térmicas de transporte deverá ser comprovado por meio de termômetros adequadamente utilizados junto às caixas.
- 3.1.20.** Manter, durante a execução da presente contratação as condições de habilitação exigidas para a mesma.
- 3.1.21.** A Contratada deverá entregar ao gestor da contratação, em até 3 (três) dias úteis contados do aceite da nota de empenho, a declaração constante no **anexo II** (Termo de Sigilo e Responsabilidade), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.
- 3.1.21.1.** O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da empresa.
- 3.1.22.** A Contratada deverá entregar ao gestor da contratação, em até 3 (três) dias úteis contados do aceite da nota de empenho, declaração de que possui autorização para transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos da vacinação, dentro das normas exigidas pela ANVISA e CONAMA.

### **3.2. Das obrigações da contratante:**

- 3.2.1.** Convocar os servidores que irão participar da vacinação.
- 3.2.2.** Recusar qualquer material entregue em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência ou com defeito.
- 3.2.3.** Efetuar o pagamento à contratada, segundo as condições estabelecidas no

Aviso.

- 3.2.4.** Permitir acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências do TRE para a entrega ou execução da contratação.
- 3.2.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela contratada.
- 3.2.6.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente termo.
- 3.2.7.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1. Sustentabilidade:** devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- 4.1.1.** O recolhimento, tratamento e destinação adequada dos resíduos dos serviços de saúde oriundos da vacinação ficarão a cargo da empresa contratada, a qual deverá removê-los no mesmo dia, nos termos da legislação ambiental vigente.
- 4.1.2.** Utilização de embalagens fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, art. 32 da Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- 4.1.3.** Os materiais utilizados deverão ser especificados de acordo com os critérios ambientalmente corretos, cujas características sejam menos agressivas ao meio ambiente, além de viabilizar reciclagem posterior naquilo que for possível.
- 4.1.4.** Promover a saúde ocupacional e prevenir riscos e doenças relacionados ao trabalho.
- 4.1.5.** Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº06.

#### **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 5.1.** A vacinação ocorrerá na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, (endereço) na data prevista de 16 e 17/04/2024, no período das 9h às 19h.
- 5.2.** As inscrições serão gerenciadas pela Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias.
- 5.3.** A vacinação ocorrerá na modalidade presencial para todos os colaboradores. Aqueles que estiverem em regime de teletrabalho deverão comparecer nas dependências do Tribunal para receber a vacina.

- 5.4.** A validade usual de mercado deverá ser comprovada sendo de, no mínimo, 4 (quatro) meses, contados da data de entrega das vacinas.
- 5.5.** Serão consideradas impróprias para consumo as vacinas:
- a) armazenadas em temperatura diferente do intervalo entre 2°C e 8°C;
  - b) que não estejam em embalagem lacrada;
  - c) produzidas por laboratório não registrado pela Anvisa;
  - d) de lotes que estejam suspensos pela Anvisa;
  - e) que no momento da administração apresentem indícios (alteração da coloração e viscosidade) de contaminação ou qualquer outra condição que sugira a suspensão do lote e fora do prazo de validade.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 6.1.** A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3.** A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados para este fim, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), que acompanharão os serviços de acordo com as cláusulas descritas no Aviso e seus anexos, determinando o que for necessário para regularização das faltas observadas, bem como efetuar o recebimento.
- 6.4.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º). Caso persistam as irregularidades, comunicar o gestor a necessidade de abertura de processo administrativo.
- 6.5.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.
- 6.6.** O fiscal/gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, no que couber, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.7.** O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 6.8.** O gestor da contratação deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.9.** O fiscal da contratação informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.10.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

- 6.11. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.12. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 6.13. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.14. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- 6.15. Antes do pagamento da nota fiscal, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 6.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 7. DO CRITÉRIO DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

- 7.1. **Condições de entrega:** Caso não seja possível a entrega na data assinalada no item 1.4, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 7.2. **Do recebimento provisório:** O serviço será recebido provisoriamente no ato da prestação dos mesmos, pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização (Assessoria de Atenção à Saúde), para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste anexo.
- 7.3. **Do recebimento definitivo:** As vacinas serão recebidas definitivamente após a verificação dos critérios abaixo, bem como de sua aplicação nos servidores, mediante termo de recebimento padrão deste tribunal.
- 7.3.1. Para fins de recebimento definitivo, serão verificados os seguintes critérios:
- a) Insumos necessários à vacinação;
  - b) Temperatura e acondicionamento;
  - c) Local de descarte de perfuro-cortantes;
  - d) Adequadas condições de funcionamento dos equipamentos;
  - e) Que estejam em embalagem lacrada;
  - f) Que tenham sido produzidas por laboratório registrado pela Anvisa.

- 7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto contratada, nem a responsabilidade ético-profissional pela sua perfeita execução.
- 7.5. Forma de pagamento: o pagamento será processado em parcela única e somente para a quantidade de doses efetivamente aplicadas.
- 7.6. A contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: [saude@tre-pr.jus.br](mailto:saude@tre-pr.jus.br).

## **8. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

- 8.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.
- 8.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados nesta contratação, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total da contratação.
- 8.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 9.1. Dúvidas poderão ser sanadas com os servidores Mozar de Ramos, Rosicleia Augustin Pereira e Jefferson Gonçalves Batista, nos telefones 3072-4826 / 3330-8704 / 3330-8709 ou pelo e-mail da Assessoria de Atenção à Saúde: [saude@tre-pr.jus.br](mailto:saude@tre-pr.jus.br).